



Solicitação de emissão de Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 553/XIV/1.ª (PSD)

A Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República (1ª Comissão) solicita à Ordem dos Advogados o seu parecer quanto ao Projeto de Lei n.º 553/XIV/1.ª (PSD), referente à introdução de mecanismos de controlo da distribuição eletrónica dos processos judiciais, procedendo à décima alteração ao Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho.

Nos últimos tempos, a Justiça e os Tribunais têm visto a sua credibilidade ser abalada pelo facto de, entre outras questões, ser posta em causa a fiabilidade do sistema de distribuição eletrónica dos processos judiciais.

Como consta da exposição de motivos deste Projecto de Lei, este sistema possibilita “a manipulação dos sorteios dos processos, o que não só é grave, pois põe em causa o respeito pelo princípio do juiz natural, como abala fortemente a confiança dos cidadãos na justiça por permitir que se escolha um magistrado para decidir determinado processo.”

A Ordem dos Advogados concorda e partilha das preocupações vertidas neste Projecto de Lei e aplaude a implementação de um sistema de distribuição eletrónica de processos judiciais mais exigente e, em consequência, também mais transparente.

Na verdade, sem por em causa que a distribuição de processos deva ser presidida por Juiz, secretariado, naturalmente, por funcionário judicial, parece-nos fundamental a participação dos restantes operadores judiciais (Magistrados do Ministério Público e Advogados) nesta fase processual, todos em regime de rotatividade, o que traz maior escrutínio à forma como a distribuição eletrónica é feita e previne a manipulação dessa mesma distribuição.



No entanto, entendemos que a expressão “caso seja possível” relativa à presença do Advogado, deverá ser interpretada no sentido de que a sua presença não fique dependente da apreciação circunstancial do Juiz, que afere no início da diligência se é ou não possível a presença de Advogado, mas sim da possibilidade, em concreto, de a Ordem dos Advogados poder (conseguir) nomear Advogado para estar presente.

Relativamente à diminuição da distribuição electrónica de processos de duas para uma única vez por dia, não vemos que esse facto traga especial prejuízo na celeridade processual ou ponha em causa quaisquer direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Acreditamos, assim, que este Projecto de Lei, a ser aprovado, confere maior credibilidade ao sistema judicial e aumenta a confiança dos cidadãos no mesmo.

Contudo, entendemos que a proposta poderia ir mais além e ser estendida ao sistema de distribuição electrónica de processos nos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Com efeito, as mesmas críticas que têm sido feitas ao sistema de distribuição electrónica de processos judiciais, e que consta da exposição de motivos deste Projecto de Lei, também são feitas à Justiça Administrativa que, não raras vezes, também tem estado na “berlinda” por motivos muito pouco saudáveis, nomeadamente, por suspeita de manipulação do sistema de distribuição.

Por essa razão, propomos que seja incluída neste Projecto de Lei, alteração ao artigo 26º do CPTA (Lei 15/2002, de 22/02) e, em consequência, ao artigo 13º, da Portaria nº 380/2017, de 19/12, que regula a tramitação eletrónica dos processos da jurisdição administrativa e fiscal, passando a distribuição electrónica dos processos nos Tribunais Administrativos e Fiscais a ser feita nos mesmos moldes propostos para os Tribunais Judiciais.



ORDEM DOS ADVOGADOS

CONSELHO GERAL

Este é s.m.o. o nosso parecer.

Lisboa, 16 de Outubro de 2020

O Vogal do Conselho Geral da Ordem dos Advogados,

Pedro Teixeira Reis